

PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

# Projeto quer proibir pesca no Estado

Documento prevê ainda proibir a exploração de petróleo no litoral para transformar regiões em áreas de conservação ambiental

Dayane Freitas

Um projeto do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), autarquia do Ministério do Meio Ambiente, quer transformar o litoral do Espírito Santo e o Sul da Bahia em áreas de conservação ambiental.

A intenção é apresentar uma proposta de decreto para a presidente Dilma Rousseff durante a conferência mundial sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, que vai ser realizada de 13 a 22 de junho no Rio de Janeiro.

Com isso, cerca de 20 mil pesca-

dores no Estado seriam prejudicados com a proibição da pesca. Novos licenciamentos para a exploração de petróleo também seriam proibidos, mas as áreas do pré-sal estariam garantidas.

“As unidades de conservação estão em plataforma continental e não chegam à profundidade do pré-sal, a mais de mil metros”, afirmou o superintendente federal de Pesca e Aquicultura do Espírito Santo, que representa o Ministério de Pesca e Aquicultura, Cledson Sousa Felipe.

Ele afirmou que o projeto compreende uma área que vai do Sul da Bahia, na região de Porto Seguro, até o Sul do Estado, na região de Itaipava. Haveria uma bifurcação entre Vitória e Ilha de Trindade, formando uma espécie de “T”.

Mas, segundo o ICMBio, a proposta engloba a região Norte do Estado em quatro projetos no total. O primeiro visa a ampliação do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, que inclui os municípios

capixabas de Conceição da Barra, São Mateus e Linhares. O segundo criará o Refúgio de Vida Silvestre Baleia Jubarte, nos mesmos municípios.

O terceiro vai instituir a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) da Foz do Rio Doce, em Linhares e Aracruz. O último criará o Refúgio de Vida Silvestre (Revis) Baleia Jubarte, quase na divisa do litoral da Bahia com o Estado, com 765.261 hectares.

O projeto é um complexo com várias categorias de unidades de conservação, umas mais restritivas para a pesca e outras mais brandas, segundo Sousa. Com a ampliação e criação dessas unidades, a área protegida da Marinha no Brasil, que está em torno de apenas 0,5%, passará para 3%, segundo o ICMBio.

Para o secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, Enio Bergoli, o projeto deve ser mais discutido. “Quase 60% do pescado vem desse local, é um impacto grande”.

## Pescadores vão reivindicar

Os pescadores do Estado vão buscar o direito de exercer suas atividades, mesmo com a proposta de criação de unidades de preservação ambiental pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que inviabiliza a pesca no Estado.

Segundo o presidente da Colônia de Pescadores de Vitória, Álvaro Martins da Silva, o impacto é grande, já que a maior parte do ca-

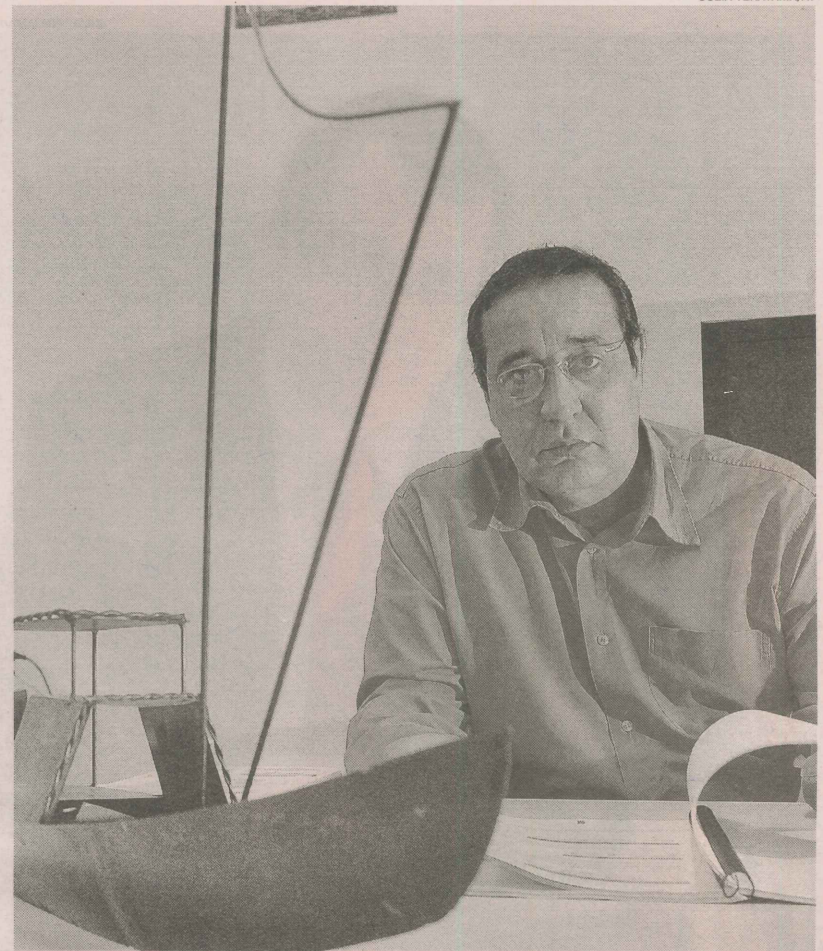
marão vendido no Estado vem das regiões citadas nos projetos. “Eles pensam na biodiversidade e esquecem o pescador”, desabafou Martins.

Nesta sexta-feira e sábado serão realizadas pelo ICMBio audiências públicas para apresentar o projeto. A primeira será em São Mateus, às 16 horas, no auditório do Sesc. A segunda acontece no distrito de Regência, em Linhares, às 14 horas, no Centro Ecológico de Regência (Projeto Tamar.)

Martins disse que convocou os pescadores a participar das audiências. “Se isso for aprovado os pescadores vão morrer de fome”.

Além disso, foi marcado para hoje uma reunião no Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema). Segundo o órgão, o projeto está sendo analisado pelo governo do Estado.

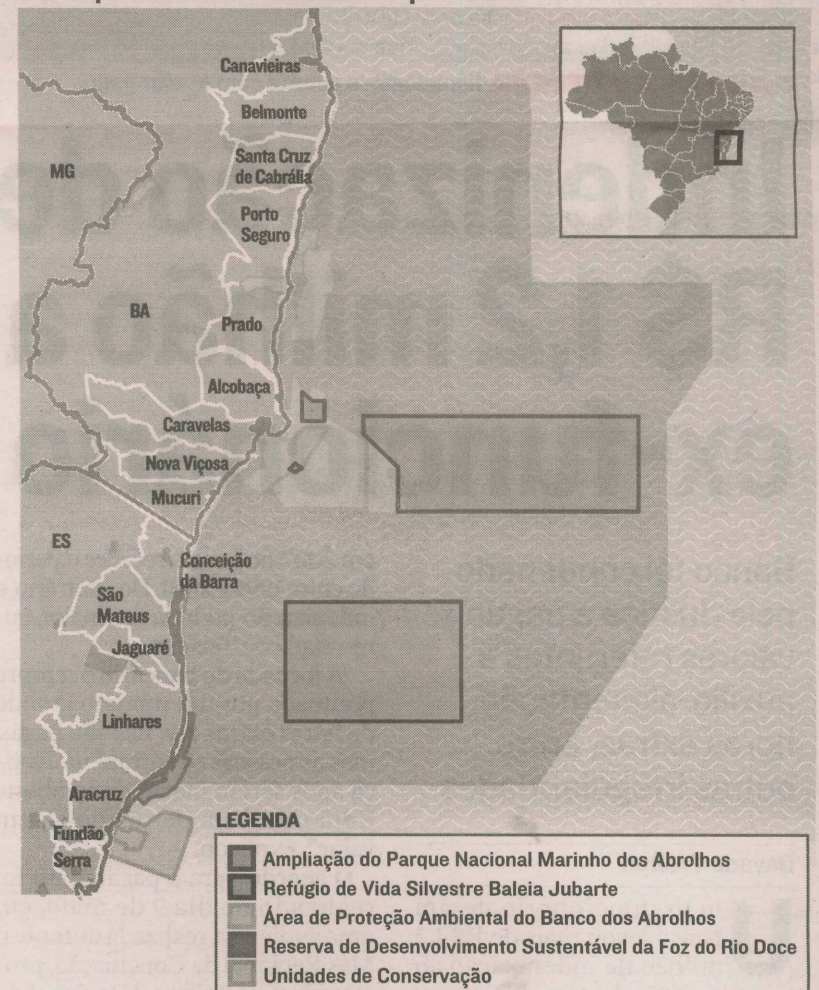
O presidente do Iema, Aladim Fernando Cerqueira, disse que o objetivo é construir uma resposta do Espírito Santo para o Ministério do Meio Ambiente.



CLEDSON SOUSA disse que áreas do pré-sal estariam garantidas

## As propostas

Será permitida somente a pesca artesanal



ALESSANDRO DE PAULA - 16/06/2011



BARCOS no litoral Sul: limitação